

Relatório Workshop 88 – 9º Fórum da Internet no Brasil

Informações básicas

Título:

Software Livre, Audiovisual e Internet - ferramentas para produzir, circular e exibir a diversidade

Temas:

Infraestrutura, acesso e conectividade

Democracia

Propriedade Intelectual

Formato:

Mesa redonda

Proponente:

Thiago Novaes, RJ, Comunidade científica e tecnológica

Coproponente:

Fabianne Batista Balvedi, GO, Terceiro Setor

Palestrantes:

Álvaro Augusto Malaguti, RJ, Rede Nacional de Pesquisa – RNP, Setor Governamental.

Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Desde 2009, trabalha na Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) como gerente de relacionamento com as comunidades de Cultura, Artes e Humanidades na constituição de uma rede de cinemas e exibidores a partir das instituições federais de educação, ciência e cultura.

Thaís Brito da Silva, BA, Cine Kurumin, Terceiro Setor.

Jornalista e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É realizadora do Cine Kurumin - Mostra Audiovisual Indígena e do Espalha a Semente - Comunicação e Cultura Indígena. Pesquisa e atua, principalmente, com temas relacionados à apropriação de tecnologias de comunicação por povos indígenas.

Farid Abdelnour, DF, Estúdio Gunga, Setor Empresarial.

Videomaker e pesquisador de tecnologias livres. Seu filme “Maio, Nosso Maio” ganhou o prêmio de melhor curta da 8ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul. É sócio-fundador da

Gunga - Som Imagem Movimento, estúdio de audiovisual, comunicação e design, que trabalha exclusivamente com Tecnologias Livres.

Ranulfo Alfredo Manevy de Pereira Mendes, SC, Universidade Federal de Santa Catarina, Comunidade científica e tecnológica.

Possuiu graduação em Cinema e Vídeo pela Universidade de São Paulo (1998) e é Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2004). Em 2003, foi assessor na gestão Gilberto Gil do Ministério da Cultura, tornando-se, em 2006, Secretário de Políticas Culturais e, em 2008, Secretario-Executivo do Ministério da Cultura.

Moderadora:

Adriana Veloso Meireles, DF, Universidade de Brasília, Comunidade científica e tecnológica.

Doutoranda em Ciência Política (UnB), bolsista Capes e integrante do grupo de pesquisa Democracia e Desigualdades (Demodê). É mestre em Design de Interação pela Universidade de Brasília (2014), Especialista em Design de Interação pela PUC Minas (2011) e bacharel em Comunicação Social - Jornalismo - pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (2008).

Relatora:

Fabianne Batista Balvedi, Estúdio Livre, GO, Terceiro Setor.

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e mestrado em Artes Visuais pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Faz parte da Rede das Produtoras Culturais Colaborativas.net. Foi professora nos cursos de Design da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e pesquisadora na Universidade Federal de Goiás na área de acervos digitais dentro do Media Lab - Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Mídias Interativas. Atua na área de Artes Visuais principalmente nos seguintes temas: imagem em movimento, software livre, cultura digital, estúdios livres e cinema de animação.

Estruturação

Objetivos:

A mesa redonda teve como tema central o audiovisual e suas relações com a produção multimídia em software livre e suas modalidades de circulação, na Internet e em mostras presenciais temáticas. Com o objetivo de debater as formas de circulação e exibição, Álvaro Malaguti apresentou o projeto Cinemas em Rede, da RNP, que recentemente desenvolveu o UHD Player, hardware do projeto, e Thaís Britto trouxe a Mostra Kurumin de Cinema Indígena, pondo ênfase no tema da diversidade como direito cultural. Combinadas, as duas abordagens nos ofereceram a oportunidade de vislumbrar o potencial de uso da Internet de alta capacidade para a circulação e exibição de audiovisual em todo o território nacional. Para fomentar o debate em torno da qualidade e profissionalismo do uso do software livre na produção audiovisual, Farid Abdelnour apresentou o trabalho do Estúdio Gunga que, há mais de uma década, opera como uma empresa de produção de vídeos com ferramentas livres, dedicando-se atualmente à finalização da animação 3D Malaika, utilizando os softwares livres Blender e Kdenlive. A mesa contou ainda com a intervenção do professor universitário Alfredo Manevy, expert em gestão pública e audiovisual, com o objetivo de

promover a articulação entre as ferramentas, a circulação e o licenciamento de audiovisual voltados para o pleno exercício de direitos culturais e fortalecimento da democracia, em uma contribuição de interesse para o setor público e governança da Internet.

Resultados:

O workshop destacou a importância do software livre para a ampliação da produção e circulação audiovisual na Internet e em outras modalidades de exibição; estimulou o reconhecimento da qualidade de produção oferecida por ferramentas livres, fomentando o debate em torno da gestão das infraestruturas públicas de comunicação em benefício do acesso das comunidades aos bens culturais; alertou para dos riscos oferecidos pelas plataformas de comunicação na Internet e orientou sobre a necessidade do uso de licenças alternativas ao copyright, bem como a busca de plataformas não-proprietárias para o armazenamento e divulgação de vídeos. O debate se colocou como uma contribuição à gestão e acesso à Internet e à defesa de direitos culturais em uma plena cidadania democrática.

Justificativa em relação à governança da Internet:

A produção audiovisual feita por meio do software livre é um bem cultural extremamente valorizado, mas de maior dificuldade de circulação na Internet devido a restrições técnicas – tratam-se de arquivos mais pesados – e de propriedade intelectual. Ao combinar abordagens voltadas para a produção de qualidade e circulação em redes de alta capacidade, espera-se fomentar o debate em torno da governança de nossas infraestruturas públicas de Internet, para que atendam à diversidade de produção e viabilizem a multiplicação de iniciativas de exibição em todo o país. Em paralelo, a mesa deve considerar as questões de propriedade intelectual de bens culturais, tomando como parâmetro a recente aprovação da diretiva na União Europeia, que em seu Art 13, atribui a responsabilidade de retirada de conteúdo protegido por copyright às plataformas mesmas onde se disponibilizam os vídeos, como Youtube e Vimeo. Tal iniciativa sugere uma retomada do debate em torno do uso de licenças flexíveis de propriedade intelectual como um caminho possível para ampliação do acesso para garantia de direitos culturais e para o uso da Internet voltado para a diversidade das culturas e da promoção da democracia.

Metodologia e formas de participação desenvolvidas durante o Workshop:

A mesa foi estruturada de maneira a permitir a livre apresentação das respectivas experiências de trabalho dos palestrantes enquanto elementos a serem considerados para o estabelecimento de relações entre o software livre, o audiovisual e a Internet. Cada palestrante dispôs de 15 minutos de apresentação e a interação com o público se deu por cerca de 20 minutos.

3. Síntese dos debates

Exposições:

Álvaro Malaguti apresentou a RNP[1] e informou que a rede está considerando ampliar seu leque de parceiros para além das universidades e institutos federais. Apresentou então o projeto Cinemas em Rede e sua infraestrutura. Comentou sobre as dificuldades encontradas na implementação, sobre o debate que ocorreu com as universidades e a adaptação à realidade das instituições. Comunicou

que foi desenvolvido um dispositivo para facilitar a integração da rede, a distribuição de conteúdo e a operação do projeto nas pontas. Reforçou o fato de que a RNP não tinha uma solução pronta, e que buscou desenvolvê-la. Apresentou então o resultado desse desenvolvimento, o UHD Player[2], um computador baseado no GNU/Linux 16.4 com resolução 4k compatível com mídias abertas em diversos formatos. Foi pensado para conectar-se não somente com a Internet, mas também com a TV Digital e um sinal de satélite, permitindo assim certa autonomia na distribuição de conteúdos por instituições que tenham interesse em distribuir conteúdo através da rede, como por exemplo Secretarias de Educação, não se focando somente na distribuição de cinema stricto sensu. Informou que em breve a rede lançará também uma cartografia de seus exibidores.

[1] <https://video.rnp.br/portal/video.action;jsessionid=481B9EDC25750265629FFF3B1A3A2CBC?idItem=44478>

[2] <http://www.cinemasemrede.rnp.br/2019/05/08/rnp-lanca-do-uhd-player/>

Thaís Brito falou sobre o Cine Kurumim[3], festival de cinema indígena que começou em 2011 na Bahia[4]. Contou que quando começou o festival haviam também oficinas de audiovisual com software livre, mas depois de algumas edições decidiram ficar somente com o festival. Thaís ilustrou a importância do cinema indígena para a defesa e compensação de seus territórios contando três histórias. A primeira foi de um vídeo feito pelos indígenas que são afetados por Belo Monte e a Norte Energia, com Raoni ainda jovem exigindo o domínio da câmera e declarando que queria “usar essas imagens para envergonhar os brasileiros”. Trouxe a discussão pro momento atual pontuando que se antes o audiovisual se posicionava como defesa, hoje muitas vezes acaba por ser o único registro de memória da riqueza de seus territórios que foram perdidos. Contou então uma história do povo Guajajara, do Maranhão, afetado pela exploração de minério de ferro que obriga esse povo a conviver com um trem apitando a cada 5 minutos no meio de sua floresta. Como compensação lhes ofereceram oficinas de audiovisual, que foram feitas pelo projeto Vídeo nas Aldeias. Quando o filme ficou pronto, a Vale quis que se tirasse o apito do trem das sequências, mas os indígenas se recusaram: se era pra tirar o apito, então que se retirasse o trem. Thaís com isso enfatiza o poder do audiovisual em mostrar a realidade como ela é, revelando exatamente com o que eles tinham de conviver e obrigando a Vale a se confrontar com o impacto que ela estava causando naquela região. Enfatizou que o audiovisual não tem somente o poder da memória, mas também o poder político de mostrar o que se gostaria de esconder. Por último, contou a história da Volta Grande do Xingú, também afetada pela Norte Energia. A força da água atraiu a instalação de uma hidrelétrica e os índios estão utilizando o audiovisual para registrar imagens do local que em breve irá secar com a obra. Concluiu citando Ailton Krenak e seu livro *Ideias Para Adiar O Fim do Mundo*, que seria o que precisamos no momento, que contar histórias é uma forma de adiar o fim do mundo, de nos mantermos vivos através de nossas narrativas.

[3] <https://cinekurumin.com.br>

[4] <https://vimeo.com/user61910218>

Farid Abdelnour conta a história do Estúdio Gunga[5] a partir do ímpeto da democratização da comunicação feita com ferramentas livres, uma iniciativa autônoma que ele e sua companheira Nara faziam dentro de Pontos de Cultura. Decidiram abrir o estúdio para também se sustentar a partir de práticas diferenciadas do mercado tradicional, fundados em princípios do software livre e da economia solidária. Esse ano decidiram também iniciar o Instituto Gunga para ajudar a melhorar o

desenvolvimento dos softwares livres que utilizam, pois percebem que precisam dar um “pulo” tecnológico para conseguir atender à sua clientela na velocidade em que as novas tecnologias se apresentam. Colocou também que outro desafio para além das ferramentas de produção é a distribuição das obras audiovisuais no Brasil, apresentando as alternativas existentes como o PeerTube e o LibreFlix. Mostrou então cenas inéditas do curta que estão finalizando, um projeto em 3D feito totalmente em software livre, cuja equipe tem mais de 20 pessoas espalhadas pelo Brasil trabalhando de forma distribuída.

[5] www.escudo.gunga.com.br

Alfredo Manevy comentou sobre sua passagem no Ministério da Cultura durante a gestão de Gilberto Gil e buscou fazer uma retrospectiva para tentar se compreender qual é a agenda que temos atualmente do ponto de vista das relações entre cultura e internet no Brasil. Pontuou que em um momento em que os direitos indígenas e os direitos à internet estão sendo colocados em questão no mundo, uma coisa que não mudou é o fato de que o Brasil tem um desafio cultural que combina de um lado questões dos séculos XIX, XX e de outro questões do século XXI. Que se por um lado sabemos que é possível utilizar a internet para se fazer integração cultural, por outro ainda existem desafios analógicos pré-internet, como por exemplo, o fato de que em São Paulo 30% das pessoas em 2013 nunca tinham tido a experiência física de ir ao cinema. Que continuamos a ter o desafio de tentar entender quais são as dinâmicas analógicas que o Brasil não resolveu e como elas se articulam com os projetos que foram apresentados na mesa, que demonstram uma compreensão da enorme desigualdade existente entre os que acessam cultura e os que não acessam, ou que não acessam os meios de produção cultural. Manevy então celebra a felicidade que foi Gil propor a governança da internet no Brasil e no mundo quando ainda existia uma mistificação de que ela poderia permanecer libertária, sem regras. E que para ele esses últimos 10 anos foram suficientemente claros em nos mostrar que isso não é possível, pois ela foi facilmente colonizada pelos modelos predatórios da economia que já existiam na era analógica. Aponta que é interessante observar que o Brasil se recusou a ser laboratório de políticas anti-pirataria e que isso foi uma conquista no campo político e no campo simbólico extremamente importante para a democratização do acesso cultural. Mas que se avançamos por um lado com a adoção da flexibilização do direito autoral, em outras áreas ficamos para trás. Manevy propõe então o avanço como a melhor forma de resistência, de defesa do patrimônio conquistado, e não somente a manutenção daquilo que se conquistou. Fala sobre a necessidade de se propor agendas, tentar se definir uma agenda de futuro, que as conquistas anteriores precisam ser defendidas, mas dentro de um projeto de futuro. Coloca como exemplo de avanço o movimento indígena, que apesar de extremamente atacado, paradoxalmente se encontra também em um de seus melhores momentos, bastante fortalecido. Explica que eles estão propondo uma visão planetária do Brasil, da Floresta Amazônica, não só defendendo, mas definindo um projeto. Manevy então questiona que projeto faltou ser feito no passado, e conclui ter sido o de distribuição de renda na internet e sua economia subjacente. Aponta que nunca soubemos discutir isso claramente. E alerta para uma proposta de mudança na lei da TV paga de 2011[6] que está sendo revista no senado[7], lei esta que impulsionou o mercado do audiovisual brasileiro e regional enormemente e que precisa ser protegida. Essa lei é pioneira, referência mundial e permite que o recurso chegue aos que produzem cultura no Brasil inteiro. Mas o que está ameaçando sua aplicação são as corporações que colonizaram a Internet e que hoje prejudicam a distribuição de renda democrática nesse meio, onde produtores culturais fora do mainstream são constantemente sonogados. Manevy defende enfaticamente que é preciso tributar a Internet para alimentar um fundo nacional de cultura capaz de alimentar as políticas culturais do

Brasil e tirar a concentração de renda dos grandes players. E alerta para o fato de que estamos perdendo tempo em não regularizar as novas tecnologias de distribuição de conteúdo. Que precisamos agir e propor nossas pautas independente de outras pautas que também estejam na mesa. Termina reforçando novamente a ideia de que precisamos apresentar projetos, e não somente ficar na defensiva.

[6] <https://www.ancine.gov.br/pt-br/sala-imprensa/noticias/sancionada-lei-12485-que-regula-mercado-de-tv-por-assinatura-no-brasil>

[7] <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2019/10/sem-consenso-congresso-deve-regular-mercado-de-videos-sob-demanda>

Perguntas:

Luciana Lima, do CTIC do NICbr, fala sobre as pesquisas que têm sido feitas sobre a distribuição de conteúdo na Internet e quer saber da mesa se temos fôlego pra fazer essa disputa de espaço dentro da Internet através da regulação.

Thiago Novaes pergunta a Álvaro Malaguti, através de Fabianne Balvedi, qual seria o caminho para a RNP conseguir atender a um público mais amplo, como por exemplo, as redes de comunicação comunitárias.

Uma participante que não se identificou aproveitou a pergunta anterior e também quis saber se a RNP conseguiria atender às escolas públicas. Também perguntou à todos, mas principalmente ao Farid, como encontrar fornecedores e pessoas que trabalham com ferramentas livres e como se comunicar mais com a sociedade sobre a importância do software livre, unir esforços para comunicar melhor sobre a importância dessas escolhas, levar essa causa de fato para as redes públicas e comunidades.

Respostas:

Álvaro responde à Luciana que considera positiva a regulação e concorda com os apontamentos do Manevy. Vê com bons olhos sua aplicação porque pode ampliar a própria receita do Fundo do Audiovisual. E responde à pergunta do Thiago dizendo que não se deve confundir a RNP com um provedor de internet comercial, que a missão da Rede não é somente prover conectividade, e sim prover conexão para a pesquisa, que ela tem foco na pesquisa mesmo dentro dos setores públicos ao qual ela atende e seu uso é regulado e fiscalizado pelo executivo, que ela não é uma empresa de telecom. Para finalizar, complementa que acredita que é possível ampliar o parque exibidor brasileiro, que apesar do consumo e fruição de audiovisual se dar cada vez mais pela Internet, percebeu-se que retomar atividades gregárias é importante, inclusive pro processo de pesquisa, educação, formação de público, que as pessoas têm interesse em retomar essa prática coletiva de fruição e de conversa após uma sessão que é proporcionada pela experiência da sala de cinema. Isso se as iniciativas se apoiarem nessa recente expansão do ensino superior e técnico profissionalizante que aconteceu nos últimos anos e que têm espaços que podem servir à essa função.

Thaís responde à questão da conectividade com uma experiência relativa aos povos indígenas, que com a conexão GESAC não tinha condição nenhuma de se assistir vídeos e que seus acervos por isso têm de ser físicos. Em relação ao software livre, ela vê uma grande possibilidade de difusão dos mesmos quando aparecem os cortes no orçamento nas instituições públicas, conta que na

Identificação de consensos, pontos a aprofundar e dissensos:

TIPO DE MANIFESTAÇÃO	CONTEÚDO	CONSENSO OU DISSENSO	PONTOS A APROFUNDAR
Proposta	Regulação da lei da TV paga para abranger a distribuição de conteúdos culturais na Internet	Consenso	- formas de tributação de corporações na distribuição audiovisual na Internet - formas de remuneração de produções independentes
Posicionamento	RNP não é uma provedora de internet e tem uma missão específica voltada para a pesquisa	Dissenso	- por ser uma rede pública poderia também colaborar com a democratização do acesso à internet em outras frentes tais como aldeias indígenas e redes de comunicação comunitárias
Proposta	Fornecer aos cidadãos mais oportunidades de fruição da experiência física de se ir ao cinema	Consenso	- parcerias com as universidades e institutos federais
Proposta	Maior difusão do conceito dos valores do software livre em instituições públicas e na sociedade	Consenso	- formas de aproximação pelo viés econômico devido à situação de cortes orçamentários generalizados - o desafio na abordagem dos mais jovens, que talvez deva ser mais sutil
Proposta	Atualizar as pautas do movimento do software livre	Consenso	- compreender quais são os desafios de hoje, qual é o debate contemporâneo - conectar as universidades e pequenos produtores como possíveis financiadores do desenvolvimento tecnológico de ferramentas livres - compreender as dificuldades de uso e as campanhas contra que são feitas baseadas nessas dificuldades